

Evitar as causas é a única forma de evitar os efeitos

Grandes investimentos já efectuados foram desastrosos pelo que já custaram e pelos custos que continuam a gerar. Acrescente-se que muitos têm também aparecido com gastos acima do orçamentado. Por tudo isto os portugueses estão apreensivos e pretendem ser esclarecidos.

Por Rogério Fernandes Ferreira



Rogério Fernandes Ferreira

- Advogado
- Economista
- Professor catedrático

A visibilidade do excesso de consumo nacional tem conduzido os economistas e até os cidadãos comuns a debater consequências. Só que importará ir às causas, ponderar razões de excessos (e de insuficiências).

Excesso e insuficiência são qualificativos que resultam de confrontos.

Exemplificando: consome-se demais em confronto com o produzido. Ganha-se também em excesso em confronto com o que se produz ou com padrões de outros países.

Ganhar em excesso conduz a consumo em excesso. Entre nós, o ganhar pouco não impede gastos excessivos porque publicidade em excesso e desejo de imitação induzem ao consumo e tem sido concedido crédito desmedido, algo irrefletidamente.

Não se prevenindo excessos e insuficiências, efeitos ocorrerão.

Consumos excessivos conduziriam a mais produções. Só que, no País, tal não tem sucedido pois o que se consome é, em parte, por vezes grande parte, produção do exterior.

Assim, a consequência de não se produzir traz consumo de bens importados, dé-

fices na balança de transacções. Não produzir revela-se paradoxal também, dado haver bastante gente desempregada, gente afastada do trabalho, descontente, enveredando por práticas criminosas, roubos, incêndios, vandalismos...

Nas diversidades existentes muitas outras situações de excessos mereceriam atenção.

O mundo do futebol é um tema para reflexões sociais – jogadores e outras pessoas envolvidas nesse mundo acumulam rendimentos variados, por vezes em evasão fiscal ou com incentivos fiscais, ganhos de astronómicos valores que chocam quem está fora desses mundos e que, no fundo, acaba a contribuir em impostos para todos esses desmandos.

Os clubes e as sociedades desportivas estão fortemente endividados, com prejuízos acumulados impressionantes, devidos a gastos exorbitantes.

Infelizmente, os futebolistas não são os únicos que usufruem ganhos excessivos. Muita outra gente, que nada produz de valor real acrescentado para a comunidade, aufere ganhos significativos, exercendo actividades parasitárias, intermediações clandestinas, desnecessárias, ilegais.

No confronto com profissionais de outros países de maior riqueza e produção também se conclui pagarem-se cá enormidades a quem desempenha cargos elevados, inclusive em instituições públicas ou em assessorias, sentindo-se que valor acrescentado útil, por aí, pouco ocorre. Um exemplo que conhecemos e que deve comentar-se é o do trabalho legislativo: constantemente alteram-se leis. Trata-se, por vezes, de alterações pouco ou nada necessárias, ocorrendo assim trabalho e produção menos útil. Inútil o trabalho de fazer e inúteis os trabalhos seguintes para conseguir mudar de novo as leis ou então tornar os seus propósitos. Igualmente inútil, evitável nas causas, é o que depois se gasta com litígios que se revelam indefinidamente prolongados nos nossos tribunais.

Outras análises possíveis são as das frequentes práticas de crimes. Actuar no crime é não produzir, é destruir ou subtrair a outros. Isso obriga, obviamente, a acréscimos de equipamentos, quer para atacar quer para defesa dos atacados. E obriga a maior número de polícias, vigilantes, juízes, etc., ou seja, por aí também mais ónus e encargos para a comunidade. Esta, assim, está a suportar efeitos intoleráveis de tantos excessos e há que recluir os excessos também dos ofendidos, dos que vão perdendo a paciência com tantas afrontas.

É grande o número de drogados, que vitimam os outros e outros os tratam ou os prendem; há muitos incendiários e assim temos muitos bombeiros, produtores dos equipamentos e materiais de combate aos fogos, etc., etc.

Muitos pensam, e as estatísticas acusam, que assim cresce a produção nacional mas como também cresce correspondentemente a despesa nacional temos soma nula, maior esforço mas também mais dispêndio, nada crescendo ou nada se poupando.

As produções (úteis) da agricultura, da pesca, da extracção mineira, de actividades industriais de transformação, de transportes marítimos, etc., vão desapare-

recendo no nosso País. Que produções nos restam?

O Governo anunciou (Julho de 2005) grandes Programas de Investimento (25 mil milhões de euros), nomeadamente, de entre o mais, em infra-estruturas - novo aeroporto, vias férreas, comboios de alta velocidade, mais estradas.

Em relação a demais investimentos nada a objectar, mas acerca das supracitadas infra-estruturas existe um sentimento muito comum de apreensão. Tratam-se de investimentos de grande vulto para substituir outros que estão a funcionar. Obviamente: mais endividamento numa economia nacional fragilizada, depauperada. Geram-se as perdas das substituições do que fica sem préstimo e os gastos não só de novas aquisições e construções, mas também em suas rectificações, falhas e imprevistos. E passaria a gastar-se, depois, com a manutenção e a conservação das novas e dispendiosas estruturas que se criarem.

Como não se dispõe de riqueza acumulada para pagar os ditos investimentos, ter-se-ão de reembolsar os financiadores, e de os remunerar enquanto não estiverem pagos.

São tudo questões que impõem estudos que seria bom estarem já efectuados e debatidos, com estimativas de suas futuras rendibilidades.



Ouvem-se opiniões de peritos e comentadores dissonantes, porventura apaixonadas ou, mais grave ainda, interesseiras, pelo que todo o cuidado é pouco. Carece-se de informação ponderada, não parcial. Não se trata de tostões, mas de muitos milhões de euros, num País que está pobre, talvez mais pobre ...

Proclama-se que com tais programas se criarão mais empregos e se gerarão novas actividades. Comeseinhamente, observa-se que muitas das infra-estruturas previstas serão realizadas por empresas (e trabalhadores) estrangeiras que serão pagas pelo que fornecem e inerentes ganhos – *know how*, tecnologias, equipamentos, materiais. Infelizmente, já não temos siderurgia para a produção do ferro para as ferrovias, como não temos já “Sorefames” para fazer as carruagens do futuro TGV, etc.

Há muitos portugueses desempregados mas o certo é que muitos parecem não querer perder as subsidiações que lhes são dadas não trabalhando. E os trabalhadores emigrantes exportarão obviamente seus proventos para seus países de origem e tem-se visto que têm trazido novas ordens de problemas que não se têm resolvido e que não convém agravar.

Temos, na verdade, extremos receios de nos encravarmos ainda mais com tomadas de decisão sobre matérias tão controversas, considerando que não aparecem divulgados estudos que não deixem dúvidas. Assiste-se a controvérsias e as dúvidas acabam acrescidas, sabendo que muitos agem por razões partidárias, interesseiras ou clubísticas. Investimentos grandes já efectuados foram desastrosos, pelo que já custaram e pelos custos que continuam a gerar (ninguém esquece os estádios de futebol ...) (*).

Os grandes investimentos realizados no País têm aparecido sempre com gastos muito acima do orçamentado, questões que também interessa muito não repetir. Riscos, perdas, acabam, de modo geral, no lado do Estado, pelo que somos todos a suportar os ónus, mas com benefícios injustos para alguns poucos.

Por tudo isto, muitos portugueses estão apreensivos e pretendem ser esclarecidos. Gostavam de ver tudo devidamente explicado pelas pessoas tecnicamente habilitadas e idóneas. Terminando: evitar causas é bom meio para evitar efeitos indesejáveis. ★

(Texto recebido pela CTOC em Agosto de 2005)

(*) Aliás, também temos habitações e outros edifícios desocupados, instalações e equipamentos nada ou pouco aproveitados, vias férreas e comboios pouco utilizados, etc. etc. Criar mais estruturas sem utilização, gerando gastos e retirando níveis de utilização ao já existente é economicamente negativo – não trará riqueza e sim mais endividamento e pobreza ...



No confronto com profissionais de outros países de maior riqueza e produção também se conclui pagarem-se cá enormidades a quem desempenha cargos elevados, inclusive em instituições públicas ou em assessorias, sentindo-se que valor acrescentado útil, por aí, pouco ocorre